

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____, DE 2026

(Do Sr. Joaquim Passarinho)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Minas e Energia para debater as circunstâncias, os desdobramentos e as denúncias de violência na operação do ICMBio contra o garimpo ilegal na Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso (PA).

Senhor Presidente da Comissão de Minas e Energia,

Nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debater a recente operação de combate ao garimpo ilegal conduzida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso (PA), ocorrida no último dia 29 de junho, que resultou em graves confrontos e relatos de violência contra a população local.

Para compor a mesa de debates, sugiro a presença dos seguintes convidados:

1. Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ou representante designado;
2. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME)
3. Representante do Ministério de Meio Ambiente (MMA)

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Minas e Energia possui o dever regimental de acompanhar não apenas as políticas nacionais de extração mineral, mas também as repercussões socioeconômicas, ambientais e de segurança pública que orbitam as regiões de atividade mineral no país.

No último dia 29 de junho de 2026, uma fiscalização do ICMBio voltada ao combate do garimpo ilegal na Floresta Nacional do



Jamanxim culminou em um grave cenário de confronto. O episódio gerou profunda instabilidade na região de Novo Progresso (PA) devido à severa divergência de relatos: lideranças políticas locais e parlamentares do Estado denunciaram abusos e disparos de arma de fogo por parte dos agentes públicos que teriam atingido civis, incluindo idosos e crianças. Por sua vez, o ICMBio emitiu nota negando a autoria de disparos.

Faz-se imperiosa, portanto, a mediação desta Comissão de Minas e Energia para ouvir os órgãos fiscalizadores, buscando esclarecer os fatos, apurar responsabilidades e discutir soluções integradas.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2026.

Deputado Joaquim Passarinho

PL/PA

